

# Sumário

<b>Palavras Prévias –18ª edição .....</b>	<b>21</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>25</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo Introdutório – As Obrigações em Leitura Civil-Constitucional.....</b>	<b>29</b>
<b>Capítulo I ► Introdução ao Direito das Obrigações .....</b>	<b>37</b>
1. Noções gerais.....	38
1.1 Conceito de obrigações.....	38
1.2 Características essenciais .....	44
1.2.1 A responsabilidade patrimonial .....	46
1.3 Evolução histórica das relações obrigacionais .....	53
1.4 Introdução ao estudo das garantias .....	59
1.5 Posição no direito civil .....	67
1.6 O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor .....	71
1.6.1 Unificação do direito das obrigações: o empresário.....	73
1.6.2 O empresário e a Lei da Liberdade Econômica .....	77
1.6.3 O consumidor como sujeito especial de relações obrigacionais.....	80
1.6.4 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21 .....	94
2. Elementos constitutivos das obrigações .....	108
2.1 Generalidades.....	108
2.2 Elemento subjetivo: o credor e o devedor (e o agente fiduciário – Lei n. 14.711/23) .....	111
2.3 Elemento objetivo (a prestação).....	116
2.4 Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	119
2.4.1 O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	119
2.4.2 Consequências do não cumprimento espontâneo .....	120
2.4.3 A execução da obrigação através do Poder Judiciário.....	122
2.4.4 O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	122
3. Principais distinções.....	138
3.1 Direitos reais.....	138
3.1.1 Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais .....	141
3.1.2 Situações híbridas.....	143
3.1.3 Obrigações <i>propter rem</i> .....	145
3.2 Direitos da personalidade.....	150
3.3 Obrigação, dever, sujeição e ônus .....	153
4. Fontes das obrigações .....	155
4.1 Introdução.....	155

4.2	Tripartição das obrigações segundo as suas funções .....	158
4.2.1	Negócio jurídico .....	158
4.2.2	Responsabilidade civil .....	161
4.2.3	Enriquecimento sem causa .....	164
4.3	A boa-fé objetiva como fonte das obrigações .....	165
5.	Os paradigmas do Código Civil no direito das obrigações .....	167
5.1	As obrigações e o Código Civil de 2002.....	167
5.2	Princípio da socialidade.....	167
5.3	Princípio da eticidade.....	171
5.4	Princípio da operabilidade .....	174
6.	A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”) .....	176
6.1	Introdução.....	176
6.2	Os deveres de conduta.....	180
6.2.1	Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	180
6.2.2	Funções dos deveres de conduta.....	184
6.2.3	Os deveres de conduta e a tutela de terceiros .....	188
6.2.4	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	188
6.2.5	O terceiro ofensor e a relação obrigacional .....	189
6.3	A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	192
6.3.1	A boa-fé como cláusula geral e a sua influência sobre a obrigação .....	193
6.3.2	Acepções da boa-fé objetiva .....	195
6.3.3	A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana .....	197
6.3.4	As funções da boa-fé no Código Civil.....	198
6.3.5	A boa-fé objetiva no CPC/15 .....	203
6.3.6	A boa-fé objetiva e a COVID-19.....	205
6.3.7	A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021 .....	207
7.	As obrigações contratuais e a lei da liberdade econômica (Lei n. 13.874/19) .....	212

<b>Capítulo II ▶ Modalidades de Obrigações I – Classificação quanto ao Objeto .....</b>	<b>219</b>
1. Introdução: A prestação como objeto da obrigação.....	220
2. Classificação quanto ao objeto .....	226
2.1 Obrigação de dar e de restituir .....	226
2.1.1 A obrigação de dar como processo.....	227
2.1.2 Obrigação de dar coisa certa.....	229
2.1.2.1 A impossibilidade das obrigações de dar: a teoria dos riscos.....	231
2.1.3 Obrigação de dar coisa incerta.....	244
2.1.3.1 Generalidades.....	244
2.1.3.2 O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	246
2.1.4 A desmaterialização das obrigações de dar .....	250
2.2 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta .....	252
2.2.1 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa.....	252
2.2.1.1 O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa certa.....	252

2.2.1.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa certa.....	257
2.2.2	Tutela processual das obrigações de dar coisa incerta.....	259
2.2.2.1	O cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa incerta.....	259
2.2.2.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa incerta.....	259
2.3	A execução das obrigações pecuniárias.....	259
2.3.1	O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia.....	260
2.3.2	O processo autônomo de execução de quantia certa.....	263
2.3.3	O procedimento monitorio.....	268
2.3.4	A execução da obrigação de prestar alimentos.....	272
2.3.4.1	Cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos.....	272
2.3.4.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial.....	274
2.4	Obrigação de fazer.....	275
2.4.1	Generalidades.....	275
2.4.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer.....	280
2.4.3	A obrigação de fazer nas relações de consumo.....	284
2.5	Obrigação de não fazer.....	286
2.5.1	Generalidades.....	286
2.5.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer.....	291
2.6	Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer.....	295
2.6.1	Noções gerais.....	295
2.6.2	O cumprimento da sentença.....	298
2.6.3	A execução das obrigações de fazer e não fazer.....	309
2.6.4	A execução cumulada das obrigações de fazer e de pagar.....	311

### **Capítulo III ► Modalidades de Obrigações II – Classificação quanto aos Elementos..... 313**

1.	Obrigações alternativas.....	314
1.1	Noções preliminares.....	314
1.2	Concentração.....	319
1.3	A obrigação alternativa como processo.....	322
1.4	Impossibilidade das prestações.....	323
2.	Obrigações facultativas.....	327
2.1	Questões processuais relativas às obrigações alternativas e facultativas.....	330
3.	Obrigações cumulativas.....	333
4.	Obrigações fracionárias (conjuntas).....	334
5.	Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	336
5.1	Introdução.....	336
5.2	Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	337
5.3	A indivisibilidade e as modalidades de obrigações.....	340
5.4	Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	341
5.5	Perda da indivisibilidade.....	344
6.	Obrigações solidárias.....	345
6.1	Noções gerais.....	345

6.2	Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	359
6.3	Solidariedade ativa.....	362
6.3.1	Noções gerais.....	362
6.3.2	A solidariedade ativa e a coisa julgada.....	366
6.4	Solidariedade passiva.....	367
6.4.1	Noções gerais.....	367
6.4.2	Remissão e renúncia à solidariedade.....	374
6.4.3	A expansão da solidariedade passiva na reparação de danos injustos.....	376
6.4.3.1	Relações entre a vítima e os responsáveis.....	377
6.4.3.2	Vínculo interno entre os próprios responsáveis.....	381
6.4.4	A solidariedade passiva e o débito alimentar.....	382
6.4.5	A solidariedade cambiária.....	386
6.4.6	A solidariedade passiva e o chamamento ao processo.....	387
<b>Capítulo IV ► Modalidades de Obrigações III – Classificação quanto à Exigibilidade e ao Conteúdo.....</b>		<b>391</b>
1.	Classificação quanto à exigibilidade.....	392
1.1	Obrigações civis e obrigações naturais.....	392
1.2	Regime das obrigações naturais.....	394
1.3	Espécies de obrigações naturais.....	398
1.3.1	Obrigações de trato social.....	398
1.3.2	Obrigações fundadas em imperativos morais.....	401
1.4	Natureza jurídica da obrigação natural.....	406
1.4.1	A obrigação natural como obrigação imperfeita.....	407
1.4.2	A obrigação natural como dever extrajurídico.....	408
1.4.3	A obrigação natural como relação juridicamente relevante.....	409
2.	Classificação quanto ao conteúdo.....	409
2.1	Obrigações de meio e de resultado.....	409
2.2	A relevância da classificação.....	416
2.3	A dicotomia à luz da boa-fé objetiva.....	419
2.4	Obrigações de meio e de resultado no CDC.....	420
2.5	Obrigações de garantia.....	422
<b>Capítulo V ► Da Transmissão das Obrigações.....</b>		<b>427</b>
1.	Introdução.....	428
1.1	Vicissitudes da obrigação.....	428
1.2	O crédito como objeto do tráfico jurídico.....	429
2.	Cessão de crédito.....	433
2.1	Noções gerais.....	433
2.2	Regime jurídico.....	436
2.3	Efeitos da cessão de crédito.....	448
2.4	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos.....	455
2.4.1	A cessão de crédito e a novação.....	455
2.4.2	A cessão de crédito e a sub-rogação.....	456
3.	Assunção de dívida.....	457

3.1	Conceito e noções gerais.....	457
3.2	Modalidades de assunção de dívida.....	459
3.3	Requisitos da assunção de dívida.....	465
3.4	Efeitos da assunção de dívida.....	469
3.5	Distinções com modelos jurídicos afins.....	471
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	473
4.1	Noções gerais.....	473
4.2	Requisitos.....	479
4.3	Efeitos.....	482
4.4	Distinções com outros modelos jurídicos.....	483
5.	Outras formas de transmissão das obrigações.....	485
5.1	Linhas gerais.....	485
5.2	Usufruto de créditos.....	486
5.3	Penhor de créditos.....	486
5.4	Cessão da garantia sobre o crédito.....	488
5.5	Endosso.....	489
5.6	Transmissão das obrigações ambientais.....	491

## **Capítulo VI ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações I..... 493**

1.	Introdução.....	494
1.1	Premissas metodológicas.....	494
1.2	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	497
1.3	Natureza jurídica do adimplemento.....	500
1.4	O pagamento é somente um dever ou também é um direito do credor?.....	502
1.5	Princípios norteadores do adimplemento.....	504
1.5.1	Princípio da pontualidade.....	505
1.5.2	Princípio da boa-fé objetiva.....	506
2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	508
2.1	Quem paga – o <i>solvens</i> .....	509
2.1.1	Noções gerais.....	509
2.1.2	O terceiro interessado.....	510
2.1.3	O terceiro não interessado.....	513
2.2	Quem recebe – o <i>accipiens</i> .....	518
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	525
3.1	Do objeto do pagamento.....	525
3.2	Meios de pagamento.....	537
3.3	Da prova do pagamento.....	540
3.4	Local do pagamento.....	547
3.4.1	Regras gerais.....	547
3.4.2	Aspectos processuais.....	552
3.5	Tempo do pagamento.....	555

## **Capítulo VII ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações II – Modalidades Especiais de Pagamento..... 563**

1.	Introdução.....	564
----	-----------------	-----

2. Pagamento em consignação .....	565
2.1 Fundamentos da consignação .....	565
2.2 Modalidades de depósito .....	567
2.3 Hipóteses de admissão da consignação .....	570
2.4 Pressupostos da consignação .....	575
2.5 Questões polêmicas do depósito .....	581
3. Pagamento com sub-rogação .....	585
3.1 Noções introdutórias .....	585
3.2 Espécies de sub-rogação .....	586
3.3 Eficácia da sub-rogação .....	592
3.4 Tutela processual da sub-rogação .....	595
4. Imputação do pagamento .....	597
4.1 Considerações introdutórias .....	597
4.2 Elementos da imputação do pagamento .....	598
5. Dação em pagamento .....	602
5.1 Noções gerais .....	602
5.2 Requisitos .....	602
5.3 Aspectos relevantes .....	605
6. Novação .....	608
6.1 Noções gerais .....	608
6.2 Pressupostos da novação .....	609
6.3 Modalidades .....	612
6.4 Efeitos .....	616
7. Compensação .....	620
7.1 Noções gerais .....	620
7.2 Espécies .....	621
7.3 Limites à compensação .....	627
8. Confusão .....	632
8.1 Noções gerais .....	632
8.2 Requisitos .....	634
8.3 Efeitos .....	635
9. Remissão .....	636
9.1 Linhas gerais .....	637
9.2 Características .....	638
9.3 Efeitos .....	639

## **Capítulo VIII ► Do Inadimplemento das Obrigações I..... 643**

1. O inadimplemento e as obrigações complexas .....	644
2. O inadimplemento e a Impossibilidade .....	647
2.1 Noções gerais .....	647
2.2 O gênero impossibilidade .....	648
2.3 A impossibilidade pela frustração do fim do contrato .....	653
2.4 A impossibilidade pela força maior ou caso fortuito .....	658
2.4.1 A força maior no contexto da COVID-19 .....	663

2.5	A impossibilidade e onerosidade excessiva .....	666
3.	O inadimplemento como gênero .....	668
4.	Espécies de inadimplemento.....	670
4.1	Inadimplemento absoluto.....	670
4.1.1	Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	673
4.1.2	Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor .....	674
4.1.3	Inadimplemento mínimo ou “adimplemento substancial” .....	676
4.2	Mora .....	679
4.2.1	Mora do devedor.....	681
4.2.2	Mora do credor .....	687
4.2.3	Constituição em mora .....	691
4.2.4	Purgação da mora .....	700
4.3	Violação positiva do contrato.....	705
4.4	Inadimplemento antecipado .....	708
5.	O inadimplemento e a dignidade da pessoa humana.....	710
6.	O inadimplemento e o superendividamento .....	714
7.	As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial (inadimplemento) .....	718
7.1	O concurso de responsabilidades.....	725
7.2	A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial .....	728

## **Capítulo IX ► Do Inadimplemento das Obrigações II – Consequências do Inadimplemento das Obrigações ..... 733**

1.	Remédios para o inadimplemento obrigacional.....	733
2.	Perdas e danos .....	739
2.1	Noções gerais.....	739
3.	Dano patrimonial .....	745
3.1	O dano emergente.....	745
3.2	O lucro cessante.....	750
3.3	A perda de uma chance .....	757
3.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	758
3.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	762
3.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	765
4.	Dano moral.....	768
4.1	Dano moral negocial .....	770
5.	Juros.....	773
5.1	Noções introdutórias .....	773
5.2	Os juros moratórios no Código Civil.....	775
5.3	Os juros compensatórios no Código Civil .....	783
5.4	Os juros e as instituições financeiras .....	785
5.5	A capitalização dos juros.....	789
6.	Cláusula penal .....	794
6.1	Introdução.....	794

6.2	Natureza .....	794
6.2.1	Acessoriedade .....	794
6.2.2	Obrigação facultativa .....	795
6.2.3	Negócio jurídico de garantia .....	795
6.2.4	Sujeitos da cláusula penal.....	795
6.2.5	Objeto da cláusula penal.....	796
6.3	Modalidades.....	796
6.3.1	Cláusula penal compensatória.....	796
6.3.2	Cláusula penal moratória .....	797
6.4	Funções.....	797
6.4.1	Função indenizatoria.....	798
6.4.2	Função coercitiva.....	799
6.5	A superação do modelo unitário da cláusula penal .....	799
6.5.1	O modelo unitário .....	799
6.5.2	Um novo olhar sobre a cláusula penal.....	800
6.5.3	A impo�s�o do modelo unitário no perfil funcional das obrigações .....	800
6.6	Espécies de cláusula penal.....	801
6.6.1	A cláusula penal <i>stricto sensu</i> .....	802
6.6.2	A cláusula penal de prefixa�o de indeniza�o .....	803
6.7	Interpreta�o da cláusula penal .....	803
6.8	Eficácia da cláusula penal .....	804
6.8.1	A constata�o do dano .....	805
6.8.2	A repara�o pelo dano excedente .....	807
6.8.3	A exigibilidade da pena convencional .....	808
6.8.4	O direito � pena e a resolu�o do contrato .....	809
6.9	Delimita�o perante modelos jurídicos próximos.....	810
6.9.1	A obriga�o alternativa.....	810
6.9.2	A multa penitencial.....	811
6.9.3	A cláusula de limita�o de indeniza�o.....	811
6.9.4	A cláusula de garantia .....	812
6.9.5	Arras.....	812
6.9.5.1	Arras confirmatórias.....	813
6.9.5.2	Arras penitenciais.....	813
6.9.6	Astreintes.....	814
6.10	A cláusula penal como pena privada .....	815
6.11	O controle da cláusula penal.....	818
6.11.1	A redu�o judicial da cláusula penal.....	819
6.11.2	O agravamento judicial das penas irrisórias .....	822
6.11.3	O controle normativo da cláusula penal .....	822
6.12	Cláusula penal e rela�es de consumo .....	823
6.12.1	A caracteriza�o da cláusula abusiva.....	823
6.12.2	A cláusula de decaimento.....	826
6.12.3	A cláusula penal em favor do consumidor.....	829
6.12.4	O controle dos contratos de adesão entre particulares .....	830
6.13	Cláusula penal e contratos empresariais.....	831
6.13.1	O controle dos contratos nos contratos empresariais.....	834



7. Arras.....	838
7.1 Noções introdutórias.....	838
7.2 Arras confirmatórias.....	839
7.3 Arras penitenciais.....	842

## **CAPÍTULO X ► Enriquecimento Sem Causa ..... 845**

1. Noções gerais.....	845
1.1 O enriquecimento sem causa no direito brasileiro.....	854
1.1.1 O Código Civil de 1916.....	854
1.1.2 O Código Civil de 2002.....	855
1.2 Um problema de terminologia: enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa e ilícito civil.....	858
2. O enriquecimento sem causa como princípio.....	860
2.1 Introdução.....	860
2.2 Desdobramentos do enriquecimento sem causa como princípio.....	864
2.2.1 O enriquecimento sem causa e a fixação das indenizações.....	864
2.2.2 O enriquecimento sem causa e os negócios jurídicos.....	870
2.2.2.1 O retorno ao <i>status quo</i> nos casos de invalidade.....	870
2.2.2.2 O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico.....	872
2.2.3 O enriquecimento sem causa e a cláusula penal.....	875
3. O enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	878
3.1 Introdução.....	878
3.2 Desdobramentos do enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	879
3.2.1 O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do enriquecido.....	879
3.2.1.1 Enriquecimento obtido mediante fato injusto.....	879
3.2.2 O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do empobrecido.....	882
3.2.2.1 O enriquecimento por prestação do empobrecido propriamente dito.....	883
3.2.2.2 O enriquecimento imposto.....	884
3.2.3 O enriquecimento decorrente de prestação de terceiro.....	885
4. Pressupostos de configuração do enriquecimento sem causa.....	887
4.1 O enriquecimento.....	887
4.2 O empobrecimento (“à custa de outrem”).....	889
4.3 O nexo de causalidade.....	890
4.4 A ausência de justa causa.....	891
4.5 A ação de enriquecimento e a controvérsia acerca da subsidiariedade.....	893
5. O enriquecimento sem causa e os institutos do pagamento indevido e da gestão de negócios.....	897
6. Referências.....	899

## **Bibliografia ..... 901**